



Simulado Especial **MP AL**

Analista do Ministério Público
Assistência Social **Pós-Edital**



Caderno de Prova

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

- 1 - Este simulado conta com questões focadas no concurso **MP-AL**, cargo de **Analista do Ministério Público - Assistência Social**;
- 2 - A prova contém itens que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 - As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora;
- 4 - A participação no ranking classificatório só será permitida até o horário de liberação do gabarito;
- 5 - O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado logo após estas instruções;

PREENCHA SEU GABARITO

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para preencher seu gabarito.

<https://forms.gle/b9HFHVMYeBdkyqHV8>

01 - (A)(B)(C)(D)(E)	13 - (A)(B)(C)(D)(E)	25 - (A)(B)(C)(D)(E)	37 - (A)(B)(C)(D)(E)	49 - (A)(B)(C)(D)(E)
02 - (A)(B)(C)(D)(E)	14 - (A)(B)(C)(D)(E)	26 - (A)(B)(C)(D)(E)	38 - (A)(B)(C)(D)(E)	50 - (A)(B)(C)(D)(E)
03 - (A)(B)(C)(D)(E)	15 - (A)(B)(C)(D)(E)	27 - (A)(B)(C)(D)(E)	39 - (A)(B)(C)(D)(E)	51 - (A)(B)(C)(D)(E)
04 - (A)(B)(C)(D)(E)	16 - (A)(B)(C)(D)(E)	28 - (A)(B)(C)(D)(E)	40 - (A)(B)(C)(D)(E)	52 - (A)(B)(C)(D)(E)
05 - (A)(B)(C)(D)(E)	17 - (A)(B)(C)(D)(E)	29 - (A)(B)(C)(D)(E)	41 - (A)(B)(C)(D)(E)	53 - (A)(B)(C)(D)(E)
06 - (A)(B)(C)(D)(E)	18 - (A)(B)(C)(D)(E)	30 - (A)(B)(C)(D)(E)	42 - (A)(B)(C)(D)(E)	54 - (A)(B)(C)(D)(E)
07 - (A)(B)(C)(D)(E)	19 - (A)(B)(C)(D)(E)	31 - (A)(B)(C)(D)(E)	43 - (A)(B)(C)(D)(E)	55 - (A)(B)(C)(D)(E)
08 - (A)(B)(C)(D)(E)	20 - (A)(B)(C)(D)(E)	32 - (A)(B)(C)(D)(E)	44 - (A)(B)(C)(D)(E)	56 - (A)(B)(C)(D)(E)
09 - (A)(B)(C)(D)(E)	21 - (A)(B)(C)(D)(E)	33 - (A)(B)(C)(D)(E)	45 - (A)(B)(C)(D)(E)	57 - (A)(B)(C)(D)(E)
10 - (A)(B)(C)(D)(E)	22 - (A)(B)(C)(D)(E)	34 - (A)(B)(C)(D)(E)	46 - (A)(B)(C)(D)(E)	58 - (A)(B)(C)(D)(E)
11 - (A)(B)(C)(D)(E)	23 - (A)(B)(C)(D)(E)	35 - (A)(B)(C)(D)(E)	47 - (A)(B)(C)(D)(E)	59 - (A)(B)(C)(D)(E)
12 - (A)(B)(C)(D)(E)	24 - (A)(B)(C)(D)(E)	36 - (A)(B)(C)(D)(E)	48 - (A)(B)(C)(D)(E)	60 - (A)(B)(C)(D)(E)

SIMULADO NO SISTEMA DE QUESTÕES

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para fazer este simulado também no SQ!

<https://coruja.page.link/74c6>

CONHECIMENTOS GERAIS**LÍNGUA PORTUGUESA***Luiz Felipe***TEXTO****Não dispense uma reserva de ilusão e ternura para atravessar os dias**

Estou na sétima e última temporada de *Younger*, série que se propõe a debater o etarismo: uma mulher de 40 anos não consegue emprego e resolve mentir que tem 26, a fim de integrar a equipe de uma casa editorial de Nova York. Dá certo. A partir daí começa a história, os rolos e as mentiras que se sucedem. Ter 40 me parece pouca idade para configurar um problema. A editora onde ela trabalha só publica autores bizarros. E as reviravoltas amorosas são meio pueris. No entanto, me mantenho em frente à tevê e sigo rumo ao desfecho: são meus minutos de férias da truculência lá fora.

É o que nos faz, da mesma forma, assistir a *Emily in Paris* sem ligar a mínima para a ausência de verossimilhança com a vida real. Aliás, seu sucesso se deve justamente a isso. Cenários de cartão postal, elenco de belidades, doses excessivas de festas, viagens, moda e romance. Irã? Venezuela? Nem vem.

Essa alienação autoconcedida poderia ser um gatilho para a culpa, mas o passado nos absolve. Foram anos de Fassbinder, Alain Resnais, Godard, Truffaut, Bergman, Costa Gavras, Ettore Scola, para citar apenas o cinema europeu. Uma vida inteira de Eduardo Galeano, Garcia Marquez, Vargas Llosa, Borges, Mario Benedetti, Isabel Allende, Ernesto Sábato, Octavio Paz, para citar apenas a literatura latino-americana.

E uma abundância de Gilberto Gil, Caetano Veloso, Chico Buarque, Rita Lee, Raul Seixas, Bethânia, Gal Costa, Gonzaguinha, Edu Lobo, João Bosco, para citar apenas a música popular brasileira. Podemos relaxar, portanto. Não será uma minissérie levezinha ou um filme água com açúcar que irá comprometer todo o sólido patrimônio intelectual que construímos até aqui. Temos repertório. Substância. Discernimento. Que venham, pois, as sessões da tarde.

Como você, também prefiro uma comédia ou drama com tutano, a fim de me sentir recompensada pelo tempo investido. Mas não dispense uma reserva de ilusão e ternura para atravessar os dias. Nenhum problema em contrabalançar a aridez do mundo com a esperança de que o casal da trama fique junto no final. No nosso cotidiano, não entabulamos diálogos engraçadinhos, não temos um estoque de frases espirituosas, então, ao menos na ficção, que sejam fartas as tiradas ensaiadas.

Faz parte da saúde mental abandonar o realismo, vez que outra, em troca das boas risadas que os estereótipos entregam – sem prejuízo aos nossos neurônios. Na dúvida, foi aberta a temporada de lançamentos, e *O Agente Secreto*, *Hamnet*, *Valor Sentimental*, *Uma Batalha Após a Outra* e *Foi Apenas um Acidente*, para citar os queridinhos do momento, estão em cartaz em alguma sala perto de você. Cérebro em primeiro lugar. Mas, se doer, que a gente recorra a alguma anestesia, sem remorso.

Autora: Martha Medeiros - GZH (adaptado).

1. A tese central defendida pela autora ao longo do texto é que

- a) o consumo ocasional de entretenimento leve pode funcionar como forma legítima de descanso emocional diante das durezas da realidade.
- b) as séries contemporâneas possuem maior valor artístico que as obras clássicas.
- c) o público atual perdeu interesse por obras culturais densas.
- d) produções culturais superficiais devem substituir obras complexas.
- e) a ficção contemporânea promove alienação intelectual.

2. A menção à série Younger, logo no início do texto, cumpre principalmente a função de
- a) introduzir um exemplo concreto a partir do qual a autora inicia sua reflexão sobre o papel do entretenimento leve.
 - b) demonstrar a superficialidade das produções televisivas contemporâneas.
 - c) criticar diretamente a indústria cultural norte-americana.
 - d) apresentar uma análise técnica da narrativa televisiva.
 - e) sustentar que o etarismo é o tema central do texto.
3. A sequência de referências culturais (cineastas, escritores e músicos) desempenha papel argumentativo porque
- a) evidencia a superioridade da cultura europeia.
 - b) relativiza o valor das produções contemporâneas.
 - c) reforça a autoridade da autora para defender sua posição.
 - d) demonstra a decadência cultural do presente.
 - e) sugere que o entretenimento leve deve ser evitado.
4. Ao afirmar que prefere “comédia ou drama com tutano”, a autora indica preferência por obras que
- a) apresentem profundidade temática e densidade reflexiva.
 - b) priorizem humor leve e superficial.
 - c) explorem exclusivamente conflitos amorosos.
 - d) evitem temas complexos.
 - e) reproduzam fielmente a realidade cotidiana.
5. Quando a autora afirma que “o passado nos absolve”, ela sugere que
- a) o passado cultural deve ser abandonado.
 - b) obras antigas perderam relevância.
 - c) o repertório cultural adquirido anteriormente legitima o consumo atual de entretenimento leve.
 - d) o passado é moralmente superior ao presente.
 - e) a cultura contemporânea é inferior.
6. A estratégia argumentativa predominante no texto é
- a) apresentação de dados estatísticos.
 - b) exposição científica da indústria cultural.
 - c) comparação entre diferentes correntes filosóficas.
 - d) relato histórico das artes europeias.
 - e) reflexão pessoal apoiada em exemplos culturais.
7. No trecho “sem prejuízo aos nossos neurônios”, a autora pretende indicar que
- a) o entretenimento leve prejudica a inteligência.
 - b) apenas obras complexas estimulam o pensamento.
 - c) a ficção escapista pode ser apreciada sem comprometer a capacidade intelectual.
 - d) o público atual não valoriza o pensamento crítico.
 - e) o cérebro humano não distingue ficção e realidade.
8. Considerando o conjunto do texto, pode-se afirmar que a autora adota um tom predominantemente
- a) pessimista e crítico.
 - b) acadêmico e analítico.
 - c) neutro e informativo.
 - d) irônico e satírico.
 - e) reflexivo e conciliador.

9. Ao afirmar que o sucesso de Emily in Paris se deve justamente à falta de verossimilhança, a autora sugere que

- a) o público contemporâneo rejeita narrativas realistas.
- b) o distanciamento da realidade pode constituir um dos atrativos do entretenimento.
- c) a ficção deve evitar qualquer relação com o mundo real.
- d) a televisão atual perdeu sua função artística.
- e) apenas narrativas fantasiosas alcançam sucesso.

10. No trecho “contrabalançar a aridez do mundo”, a palavra “aridez” assume sentido

- a) metafórico, indicando a dureza ou aspereza da realidade cotidiana.
- b) literal, referindo-se às condições climáticas.
- c) técnico, relacionado à linguagem científica.
- d) irônico, sugerindo exagero da autora.
- e) neutro, indicando apenas ausência de emoção.

11. As normas de concordância verbal estão plenamente observadas na frase:

- a) Não se admite que existam dúvidas quanto à autenticidade daqueles documentos históricos.
- b) Haviam, entre os estudiosos do tema, divergências difíceis de conciliar.
- c) Não podem haver interpretações definitivas sobre acontecimentos tão complexos.
- d) Tratam-se de argumentos frágeis aqueles apresentados pelo pesquisador.
- e) Cabem aos leitores atentos reconhecer as ambiguidades presentes no texto.

12. Na definição do gramático Evanildo Bechara, “a repetição de um termo da oração por outro de sentido e função equivalente se denomina pleonismo”.

Identifica-se pleonismo do objeto indireto no trecho:

- a) Aos alunos o professor lhes explicou detalhadamente o conteúdo da prova.
- b) Muitos desconheciam o sentido exato daquela expressão.
- c) O diretor comunicou a decisão aos funcionários presentes.
- d) O pesquisador analisou os dados do experimento com cuidado.
- e) Alguns preferiram manter silêncio diante da pergunta.

13. A vírgula foi empregada para separar itens de uma enumeração no trecho:

- a) O projeto exigia empenho, disciplina, planejamento e responsabilidade.
- b) Quando chegou ao auditório, todos já estavam sentados.
- c) Não concordava com a decisão, pois lhe parecia precipitada.
- d) Se houvesse tempo, reconsideraria a proposta.
- e) Aos alunos dedicados, sempre oferecia orientação extra.

14. Leia o trecho:

“Ao final da reunião, reconheceu o ministro a necessidade de rever as medidas adotadas.”

O núcleo do sujeito da forma verbal “reconheceu” é:

- a) reunião.
- b) necessidade.
- c) ministro.
- d) medidas.
- e) alguém.

15. Verifica-se o emprego de palavra formada com prefixo que exprime ideia de negação em:

- a) O autor demonstrava insatisfação com os rumos da pesquisa.
- b) Muitos leitores apreciaram a narrativa do romance.
- c) O crítico destacou a originalidade da obra.
- d) Alguns estudantes analisaram atentamente o texto.
- e) O escritor revisou cuidadosamente o manuscrito.

16. Leia o trecho:

“Ele pediu que todos prestassem atenção ao que iria dizer.”

Ao se transpor o trecho acima para o discurso direto, o verbo sublinhado assume a seguinte forma:

- a) prestam.
- b) prestem.
- c) prestavam.
- d) prestaram.
- e) prestaria.

17. Considere o trecho:

Os analistas que estudaram o caso afirmam inexistir entre os dados coletados qualquer indício de irregularidade.

Sem prejuízo para a correção gramatical e para as relações de sentido estabelecidas na frase, o termo sublinhado pode ser substituído por:

- a) cuja inexistência
- b) a inexistência de
- c) na inexistência de
- d) que inexistem
- e) que inexistia

18. Identifica-se emprego da voz passiva no trecho:

- a) Divulgaram novos relatórios sobre a situação econômica do país.
- b) Observa-se um crescimento significativo do número de pesquisas na área.
- c) Os pesquisadores analisaram cuidadosamente os dados coletados.
- d) Há diferentes interpretações para o fenômeno estudado.
- e) Resultando em mudanças importantes na organização social.

19. Leia o trecho:

Os moradores perceberam o problema quando a água começou a invadir as ruas do bairro.

No contexto em que se insere, a oração sublinhada expressa ideia de

- a) causa.
- b) condição.
- c) tempo.
- d) consequência.
- e) finalidade.

20. De acordo com as regras de acentuação gráfica da língua portuguesa, está corretamente acentuada a palavra destacada em:

- a) O diretor analisou cuidadosamente cada **itêm** do relatório.
- b) A solução encontrada foi considerada **viavel** pelos especialistas.
- c) O pesquisador apresentou uma análise **criteriosa** do fenômeno.
- d) O relatório trouxe dados sobre a fauna da região **amazonica**.
- e) A nova política foi considerada **inutil** por alguns analistas.

NOÇÕES DE LEGISLAÇÃO*Tiago Zanolli*

21. Ricardo, coordenador financeiro do Ministério Público, recebe recursos decorrentes de doações em dinheiro e cobrança de taxas de inscrição para prestação de concursos. Considerando o texto da Lei Complementar Estadual nº 15/1996, qual a destinação obrigatória a ser dada a esses valores?

- a) Devem ser depositados no Banco Central e aplicados livremente pelo Governo do Estado em políticas públicas.
- b) Devem ser transferidos à Assembleia Legislativa para custeio das despesas de seus serviços auxiliares.
- c) Devem compor o caixa geral do Estado, sendo distribuídos posteriormente de acordo com a Lei de Diretrizes Orçamentárias.
- d) Devem ser divididos igualmente entre o Ministério Público e o Poder Judiciário estadual para investimentos.
- e) Devem ser depositados no Banco oficial do Estado e destinados exclusivamente à consecução dos objetivos da instituição.

22. Mariana, auditora de controle, é designada para analisar a legalidade e economicidade da aplicação de recursos próprios do Ministério Público de Alagoas. Considerando a Lei Complementar Estadual nº 15/1996, como e por quem deve ser exercida essa fiscalização orçamentária?

- a) Mediante controle interno exercido pelo Governador do Estado e externo realizado pela Assembleia Legislativa.
- b) Mediante controle interno feito pelo próprio Colégio de Procuradores de Justiça e externo exercido pelo Poder Legislativo.
- c) Exclusivamente mediante controle externo realizado pelo Tribunal de Contas da União em caráter vinculante.

d) Mediante controle interno sob responsabilidade do Procurador-Geral de Justiça e externo sob comando do Poder Judiciário.

e) Exclusivamente mediante controle interno exercido pelas câmaras de coordenação do Colégio de Procuradores de Justiça.

23. Felipe, diretor de planejamento do MP-AL, finaliza a proposta orçamentária da instituição dentro dos limites estabelecidos na Lei de Diretrizes Orçamentárias. Considerando a Lei Complementar Estadual nº 15/1996, como deve ser feito o encaminhamento dessa proposta para aprovação final?

- a) Diretamente à Assembleia Legislativa pelo próprio Chefe do Ministério Público para votação em rito sumário.
- b) Ao Tribunal de Contas, que a analisará tecnicamente antes de encaminhá-la de ofício ao Poder Legislativo.
- c) Diretamente ao Governador do Estado, que a submeterá obrigatoriamente à apreciação da Assembleia Legislativa.
- d) Ao Poder Judiciário, para consolidação na peça orçamentária do sistema de justiça e posterior envio ao Executivo.
- e) Ao Conselho Nacional do Ministério Público para aprovação prévia das dotações requeridas antes do envio ao Estado.

24. Camila, Promotora de Justiça substituta, é intimada pessoalmente de uma sentença proferida em um processo criminal no qual o Promotor titular atuava ativamente antes de entrar em férias. Considerando os princípios institucionais do Ministério Público, qual a validade desse ato processual e o princípio que o fundamenta?

- a) O ato é válido, pois os membros do Ministério Público podem se substituir mutuamente no processo, com base no princípio da indivisibilidade.
- b) O ato é inválido, pois fere o princípio do promotor natural que impede qualquer tipo de substituição ao longo da marcha processual.
- c) O ato é válido, fundamentando-se exclusivamente no princípio da independência funcional que outorga poderes amplos ao membro substituto.
- d) O ato é nulo, pois a prerrogativa de intimação pessoal exige que a entrega seja feita obrigatoriamente na pessoa do promotor originário.
- e) O ato é anulável, exigindo a confirmação prévia e expressa do Promotor titular antes da prática de qualquer manifestação ou recurso processual.

25. Roberto, Procurador-Geral de Justiça, emite um ato normativo determinando que todos os Promotores de sua instituição estão terminantemente proibidos de pedir o arquivamento de inquéritos policiais, devendo sempre oferecer denúncia. Considerando os princípios institucionais do Ministério Público, como se qualifica essa determinação hierárquica do Chefe da instituição?

- a) Legítima, pois materializa o princípio da unidade ao garantir que a instituição tenha uma única voz e posicionamento perante a sociedade.
- b) Legítima, visto que a autonomia administrativa conferida pela lei ao Chefe outorga-lhe o poder de padronizar a atuação jurídica de seus membros.
- c) Válida, desde que aprovada previamente pelo Colégio de Procuradores, respeitando as regras constitucionais do princípio do promotor natural.

d) Inconstitucional, pois a determinação restritiva de garantias processuais deveria partir exclusivamente do legislador e não da chefia do próprio órgão.

e) Ilegal, pois ofende o princípio da independência funcional que garante a cada membro a liberdade de formar suas próprias convicções processuais.

26. Considerando a definição constitucional estrita do Ministério Público, como se classifica corretamente a natureza jurídica da instituição?

- a) É um órgão de controle vinculado diretamente ao Poder Executivo e subsidiariamente dependente de suas diretrizes estratégicas.
- b) É uma entidade autárquica da administração indireta subordinada estruturalmente e politicamente ao Ministério da Justiça.
- c) É um ente federativo politicamente autônomo, gozando de privilégios e deveres equiparados juridicamente à União e aos Estados.
- d) É uma instituição permanente, autônoma e independente, definida expressamente como essencial à função jurisdicional do Estado.
- e) É um tribunal de exceção do Poder Judiciário, possuindo como competência originária a acusação de criminosos em instâncias superiores.

27. Ana, promotora de justiça de defesa do consumidor, inicia os procedimentos para ajuizar ação civil com o objetivo de proteger os direitos de milhares de usuários de telefonia que sofreram cobranças indevidas idênticas por parte da operadora local. Considerando o escopo das funções institucionais do Ministério Público e a jurisprudência dos tribunais superiores, essa atuação apresenta viabilidade jurídica?

- a) Não, pois a tutela e a atuação ministerial devem se restringir constitucionalmente à área criminal e à defesa das prerrogativas inerentes ao Estado.
- b) Sim, desde que a Promotora obtenha aprovação prévia e expressa do Procurador-Geral do Estado para promover demandas de cunho estritamente financeiro.
- c) Sim, visto que a jurisprudência reconhece ao Ministério Público legitimidade ativa para atuar na defesa de direitos individuais homogêneos impregnados de relevante natureza social.
- d) Não, uma vez que a promoção judicial de interesses de natureza individual, ainda que de forma massificada e homogênea, é atribuição privativa e inafastável da Defensoria Pública.
- e) Sim, mas a viabilidade jurídica do litígio está condicionada ao fato de a empresa fornecedora do serviço ser exclusivamente uma sociedade de economia mista ou empresa pública.

28. Coronel Mendes, oficial superior da ativa, é designado para assumir a chefia da segurança institucional do Ministério Público. Considerando a Lei nº 6.306/2002, como se dá o processo de nomeação para esse posto na Assessoria Militar?

- a) É nomeado diretamente pelo Procurador-Geral de Justiça após aprovação unânime do Colégio de Procuradores.
- b) É nomeado em comissão pelo Conselho Superior do Ministério Público com aprovação do Governador.
- c) É indicado pelo Procurador-Geral de Justiça e nomeado pelo Governador do Estado.

d) É indicado pelo Secretário de Segurança Pública e nomeado pelo Procurador-Geral de Justiça.

e) É eleito pelos membros da própria Assessoria Militar e referendado pelo Chefe da Instituição.

29. Joana, servidora do MP-AL, está organizando o fluxograma de processos administrativos e precisa encaminhar um expediente especificamente para um "Órgão Auxiliar" conforme a estrutura legal. Considerando a Lei nº 6.306/2002, para qual unidade ela deve enviar o documento?

- a) Para a Comissão de Concurso ou para os Centros de Apoio Operacional.
- b) Para o Conselho Superior do Ministério Público.
- c) Para a Corregedoria-Geral do Ministério Público.
- d) Para as Promotorias de Justiça.
- e) Para o Colégio de Procuradores de Justiça.

30. Lúcia, servidora estadual, foi aposentada por invalidez após um acidente, mas após dois anos de tratamento uma junta médica oficial atestou sua recuperação total. Considerando o Estatuto dos Servidores de Alagoas, qual instituto jurídico determinará seu retorno ao trabalho?

- a) A reintegração ao serviço público em vaga preexistente ou criada especificamente para seu retorno.
- b) A recondução ao cargo anteriormente ocupado, independentemente da existência de vaga na estrutura.
- c) A reversão à atividade face à declaração de insubsistência dos motivos determinantes da aposentadoria.
- d) O aproveitamento compulsório em um cargo de atribuições e vencimentos superiores ao anterior.
- e) A readaptação em função compatível com as novas e ilimitadas aptidões físicas adquiridas no tratamento.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**SERVIÇO SOCIAL***Nilza Ciciliati*

31. A dimensão técnico-operativa do Serviço Social, na qual se inserem as abordagens individuais, não se resume a um conjunto de instrumentos e técnicas, mas articula-se organicamente às dimensões teórico-metodológica e ético-política. Na perspectiva crítica da profissão, o atendimento individual (como a entrevista) caracteriza-se por:

- a) assumir um caráter clínico e terapêutico, visando a resolução de conflitos psíquicos decorrentes da refração da questão social.
- b) constituir-se como um momento de investigação e intervenção socioeducativa, focado na socialização de informações e no acesso aos direitos sociais.
- c) priorizar o enquadramento do usuário nas normativas institucionais, utilizando a escuta como ferramenta de controle social e moralização.
- d) separar a compreensão da totalidade social da demanda imediata do usuário, focando estritamente na resolução pragmática do problema apresentado.
- e) adotar uma postura neutra e apolítica, garantindo que as crenças do profissional e as determinações macroestruturais não interfiram no atendimento.

32. O trabalho com grupos no Serviço Social superou a visão tradicional de "Serviço Social de Grupo", consolidando-se como uma estratégia coletiva de intervenção. Sobre o trabalho com grupos na contemporaneidade, assinale a alternativa correta.

- a) O grupo é compreendido prioritariamente como um espaço de ajustamento comportamental, onde os indivíduos aprendem a se adaptar às exigências do mercado de trabalho.
- b) A intervenção grupal dispensa o planejamento prévio, pois deve basear-se na espontaneidade das interações e no fluxo livre de demandas emocionais.

c) O trabalho com grupos objetiva a potencialização de sujeitos coletivos, estimulando a reflexão crítica sobre a realidade e a mobilização para a defesa de direitos.

d) A abordagem grupal deve agrupar indivíduos com demandas distintas e desconexas, para promover a pluralidade de visões sem buscar objetivos comuns.

e) O sigilo profissional não se aplica aos atendimentos em grupo, visto que a socialização das informações ocorre publicamente entre os participantes.

33. Na realização de reuniões ou assembleias com a população usuária (abordagem coletiva), o assistente social exerce uma função pedagógica. Essa função, sob a ótica do projeto ético-político hegemônico, traduz-se em:

- a) tutelar as decisões da comunidade, indicando os caminhos corretos a serem seguidos pelas lideranças locais.
- b) transmitir o conhecimento acadêmico de forma hierarquizada, evidenciando o saber técnico sobre o senso comum.
- c) despolitizar as demandas coletivas, transformando questões de classe em problemas de gestão administrativa do Estado.
- d) contribuir para a organização política dos usuários, subsidiando-os com informações sobre políticas sociais e instâncias de controle social.
- e) atuar como mediador neutro entre o Estado e a sociedade civil, evitando tensionamentos que possam gerar conflitos institucionais.

34. As transformações no mundo do trabalho, impulsionadas pela reestruturação produtiva e pelo neoliberalismo, incidem diretamente no mercado profissional do assistente social. Uma das principais consequências desse processo para a profissão é:

- a) a ampliação da estabilidade empregatícia no terceiro setor, que absorveu as funções estatais com plenos direitos trabalhistas.
- b) a redução da precarização e da flexibilização dos vínculos empregatícios, devido ao fortalecimento dos sindicatos da categoria.
- c) a retração das políticas sociais públicas, que gera a intensificação do trabalho, a precarização dos vínculos e a terceirização.
- d) o aumento exclusivo de vagas no serviço público estatutário, em detrimento do trabalho no setor privado e nas ONGs.
- e) a desvinculação entre a prática profissional e a lógica de acumulação capitalista, garantindo autonomia plena ao assistente social.

35. Segundo Marilda Iamamoto, o Serviço Social insere-se na divisão sociotécnica do trabalho como uma especialização. Nesse contexto, o redimensionamento da profissão na contemporaneidade exige do assistente social:

- a) o abandono do referencial teórico marxista, buscando aportes nas teorias pós-modernas para explicar a fragmentação social.
- b) a decifração das novas mediações da questão social, apreendendo as expressões contemporâneas da exploração do trabalho.
- c) a subordinação de suas ações aos critérios de produtividade e eficiência impostos pela gestão gerencialista do Estado.
- d) o retorno a práticas assistencialistas como forma de garantir a sobrevivência imediata da população em tempos de crise.

e) a restrição de sua atuação à execução de tarefas burocráticas, delegando a formulação de políticas aos gestores públicos.

36. O exercício profissional do assistente social exige condições técnicas e físicas adequadas para a garantia do sigilo, da qualidade do atendimento e da defesa dos direitos da população usuária, princípios basilares do Projeto Ético-Político. Sobre a regulamentação dessas condições de trabalho, assinale a alternativa correta.

- a) A estruturação física do espaço de atendimento é uma recomendação facultativa aos empregadores, cabendo ao assistente social improvisar o sigilo profissional em espaços compartilhados.
- b) A Resolução CFESS nº 1.114/2025 é o instrumento normativo vigente que regulamenta as condições éticas, físicas e técnicas do exercício profissional, tendo revogado a anterior Resolução CFESS nº 493/2006.
- c) O sigilo profissional pode ser legalmente flexibilizado pelas chefias institucionais caso a unidade de saúde ou previdência não possua sala com portas e isolamento acústico.
- d) A antiga Resolução CFESS nº 493/2006 permanece como o principal e único regramento em vigor para a notificação de instituições que descumprem a adequação dos espaços ocupacionais.
- e) O sucateamento das políticas sociais isenta o assistente social de responder eticamente por infrações de sigilo resultantes da falta de infraestrutura física adequada.

37. O Serviço Social tem na família um dos seus principais focos de intervenção. Historicamente, as políticas sociais brasileiras adotaram um viés "familista". O familismo na política social caracteriza-se por:

- a) promover a socialização dos custos de reprodução social, dividindo a responsabilidade igualmente entre Estado, mercado e família.
- b) reconhecer a pluralidade dos arranjos familiares e garantir que o Estado seja o principal provedor da proteção social primária.
- c) transferir ou manter a responsabilidade principal pela proteção e bem-estar dos indivíduos na esfera familiar, eximindo ou reduzindo o papel do Estado.
- d) fortalecer a autonomia das mulheres no mercado de trabalho, transferindo o trabalho do cuidado para instituições públicas de excelência.
- e) criminalizar as famílias monoparentais, exigindo a presença de ambos os genitores para a concessão de benefícios assistenciais.

38. Sob a perspectiva jurídica, a Constituição Federal de 1988 e o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) trouxeram avanços significativos para a compreensão e proteção da família. Nesse escopo, é correto afirmar que:

- a) a Constituição Federal reconhece apenas a família constituída pelo casamento civil entre homem e mulher como entidade familiar merecedora de proteção do Estado.
- b) o ECA determina que a falta ou a carência de recursos materiais constitui motivo suficiente para a perda ou a suspensão do poder familiar.
- c) a manutenção da criança ou do adolescente na família de origem (ou extensa) tem caráter excepcional, priorizando-se a adoção nacional ou internacional para famílias de maior renda.
- d) a Constituição de 1988 ampliou o conceito de entidade familiar, abarcando a comunidade formada por qualquer dos pais e seus descendentes (família monoparental) e a união estável.

e) o ordenamento jurídico brasileiro permite a aplicação de castigos físicos moderados pelos pais como exercício legítimo da autoridade parental e da educação familiar.

39. A intervenção do assistente social nas situações de violência intrafamiliar exige uma leitura crítica que ultrapasse a culpabilização individual. Dessa forma, a violência intrafamiliar deve ser compreendida como:

- a) um desvio patológico exclusivo de indivíduos com transtornos psiquiátricos, desvinculado das determinações de classe e gênero.
- b) um fenômeno multideterminado e histórico, atravessado por desigualdades estruturais de classe, gênero e raça, que se manifesta nas relações de poder dentro da família.
- c) um problema de foro íntimo e privado, no qual o Estado só deve intervir em casos de lesão corporal de natureza gravíssima ou risco de morte iminente.
- d) uma consequência natural do afrouxamento dos valores morais e religiosos tradicionais na sociedade contemporânea.
- e) um conflito relacional que deve ser resolvido prioritariamente por meio da mediação de conflitos, obrigando o perdão entre a vítima e o agressor para manter a união familiar.

40. A atuação do Serviço Social frente às relações raciais pressupõe o reconhecimento do racismo estrutural no Brasil. Alinhado à campanha "Assistentes Sociais no Combate ao Racismo", o exercício profissional deve:

- a) adotar a perspectiva do mito da democracia racial, tratando todos os usuários com igualdade formal e ignorando suas especificidades étnico-raciais.
- b) compreender que as desigualdades raciais são secundárias às desigualdades de classe, não necessitando de intervenções específicas.
- c) desvelar a branquitude e incorporar o quesito raça/cor na produção de dados institucionais, reconhecendo o racismo como elemento estruturante da questão social.
- d) focar as intervenções nas populações negras por sua marginalização, estimulando o mérito individual como forma de ascensão social.
- e) abster-se de atuar em denúncias de racismo institucional, visto que essa é uma atribuição exclusiva dos movimentos sociais e do poder judiciário.

41. As relações intergeracionais têm ganhado relevo no Serviço Social devido ao rápido envelhecimento populacional no Brasil. O Estatuto da Pessoa Idosa (Lei nº 10.741/2003) estabelece diretrizes para essa convivência. Sobre isso, assinale a alternativa correta.

- a) O Estatuto da Pessoa Idosa estabelece que a responsabilidade primária pelo cuidado e sustento do idoso é exclusiva do Estado, desobrigando a família.
- b) As políticas sociais devem estimular a segregação geracional, criando espaços exclusivos para idosos a fim de evitar conflitos com as gerações mais jovens.
- c) É obrigação da família, da comunidade, da sociedade e do poder público assegurar à pessoa idosa, com absoluta prioridade, a efetivação do direito à vida, à saúde, à convivência familiar e comunitária.

d) Em caso de conflito intergeracional, o Estado deve determinar a institucionalização compulsória do idoso em Instituições de Longa Permanência (ILPIs), visando a paz familiar.

e) O direito à convivência familiar é suspenso automaticamente caso o idoso apresente dependência física severa que exija cuidados em tempo integral.

42. A interseccionalidade é uma ferramenta analítica fundamental para o Serviço Social na contemporaneidade. Quando se articulam relações raciais, intergeracionais e de classe social no atendimento de uma mulher negra e idosa em situação de rua, o assistente social deve compreender que:

- a) a idade avançada é o único fator de vulnerabilidade que o Estado reconhece legalmente para a concessão de Benefício de Prestação Continuada (BPC), isolando o viés de raça e gênero.
- b) as opressões de raça, classe, gênero e geração se somam de forma isolada, devendo ser tratadas por políticas setoriais independentes e incomunicáveis.
- c) a consubstancialidade dessas opressões potencializa a expropriação de direitos, exigindo respostas profissionais totalizantes que articulem as redes de proteção social.
- d) a condição de rua resulta de escolhas individuais equivocadas na juventude, cabendo ao profissional atuar apenas na perspectiva da resiliência e adaptação.
- e) a dimensão racial deve ser omitida nos relatórios sociais para evitar o estigma, focando exclusivamente na carência financeira da usuária.

43. A Constituição Federal de 1988, em seu Art. 194, instituiu a Seguridade Social baseada em um conjunto de princípios e diretrizes organizativas. A materialização desses princípios, contudo, enfrenta constantes embates no cenário de hegemonia neoliberal. Sobre as diretrizes constitucionais da Seguridade Social e sua operacionalização, assinale a alternativa correta:

- a) A "uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais" representou um marco histórico; todavia, na atualidade, os trabalhadores rurais sob regime de economia familiar permanecem excluídos do Regime Geral de Previdência Social, sendo atendidos estritamente pela via da Assistência Social.
- b) A "universalidade da cobertura e do atendimento" estabelece que a proteção social deve alcançar todos os cidadãos perante as contingências sociais, diretriz esta que encontra plena convergência com as atuais políticas macroeconômicas de focalização extrema voltadas exclusivamente aos segmentos em pobreza absoluta.
- c) A "diversidade da base de financiamento" é o princípio criado para garantir a estabilidade do sistema, o que impede legalmente o Estado de implementar mecanismos como a Desvinculação de Receitas da União (DRU) ou conceder desonerações fiscais sobre as contribuições sociais patronais.
- d) O "caráter democrático e descentralizado da administração" prevê a gestão quadripartite, com participação dos trabalhadores, dos empregadores, dos aposentados e do Governo nos órgãos colegiados, configurando um espaço de controle social que sofre frequentes esvaziamentos pelas políticas de viés gerencialista e privatista.
- e) A "irredutibilidade do valor dos benefícios" aplica-se de forma irrestrita a todas as ações da Seguridade Social, assegurando constitucionalmente não apenas a manutenção do valor real dos benefícios previdenciários e assistenciais, mas também a correção inflacionária automática dos repasses financeiros a entidades privadas conveniadas ao SUS e ao SUAS.

44. A operacionalização e o financiamento da Seguridade Social no Brasil enfrentam constantes tensionamentos. Sobre o financiamento do sistema (Art. 195 da CF/88), é correto afirmar que:

- a) é financiada exclusivamente por contribuições dos trabalhadores incidentes sobre suas remunerações, isentando os empregadores.
- b) possui financiamento direto e indireto, de forma unipartite, cabendo à União centralizar toda a arrecadação e execução financeira.
- c) os recursos da Seguridade Social estão blindados contra contingenciamentos, sendo inconstitucional a desvinculação de suas receitas pelo Governo Federal.
- d) é financiada por toda a sociedade, de forma direta e indireta, mediante recursos provenientes dos orçamentos da União, dos Estados, do DF e dos Municípios, e de contribuições sociais (como sobre a folha de salários, receita/faturamento e lucro).
- e) o orçamento da Seguridade Social foi extinto na década de 1990, sendo seus recursos fundidos ao Orçamento Fiscal da União para pagamento da dívida pública.

45. No contexto contemporâneo do capitalismo monopolista e da hegemonia neoliberal, as políticas de Seguridade Social no Brasil sofrem profundas contrarreformas. Uma característica marcante dessas contrarreformas na operacionalização da Previdência e da Assistência Social é:

- a) a ampliação da cobertura universal, reduzindo a focalização da assistência social apenas aos segmentos em extrema pobreza.
- b) o processo de desmercantilização da saúde e da previdência, fortalecendo o monopólio estatal na oferta desses serviços.
- c) a adoção de um modelo de universalismo restrito, substituindo o Benefício de Prestação Continuada (BPC) por programas universais de renda básica incondicional.
- d) a restrição de direitos via alteração nos critérios de acesso, o endurecimento de regras concessórias (como nas reformas da Previdência) e o incentivo à privatização/financeirização.
- e) o aumento significativo da participação da União no cofinanciamento da Assistência Social, garantindo a expansão irrestrita dos CRAS e CREAS em todos os municípios.

- c) A promoção da criatividade e da participação no desenvolvimento do País é uma das diretrizes que regem as políticas públicas de juventude.
- d) Aos adolescentes com idade entre 16 e 18 anos aplica-se o ECA e, excepcionalmente, este Estatuto, quando não conflitar com as normas de proteção integral do adolescente.
- e) Desenvolver a intersetorialidade das políticas estruturais, programas e ações é um dos princípios que regem as políticas públicas de juventude.

47. De acordo com a Lei nº 12.852/2013, são princípios que regem as políticas públicas de juventude, EXCETO:

- a) Garantir meios e equipamentos públicos que promovam o acesso à produção cultural, à prática esportiva, à mobilidade territorial e à fruição do tempo livre;
- b) Promover o território como espaço de integração;
- c) Fortalecer as relações institucionais com os entes federados e as redes de órgãos, gestores e conselhos de juventude;
- d) Estabelecer mecanismos que ampliem a gestão de informação e produção de conhecimento sobre juventude;
- e) A efetiva inclusão dos jovens nos espaços públicos de decisão com direito a voz e voto.

SERVIÇO SOCIAL

Anna Valéria

46. A Lei nº 12.852/2013 instituiu o Estatuto da Juventude, a qual preconiza sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude. Acerca dessa legislação, marque a alternativa correta.

- a) Para os efeitos desta Lei, são consideradas jovens as pessoas com idade entre 15 e 29 anos de idade.
- b) O adolescente em direito à participação social e política e na formulação, execução e avaliação das políticas públicas de juventude.

48. De acordo com a Lei nº 12.852/2013, são competências da União em relação às políticas públicas para juventude, EXCETO:

- a) Formular e coordenar a execução da Política Nacional de Juventude;
- b) Coordenar e manter o Sinajuve;
- c) Estabelecer diretrizes sobre a organização e o funcionamento do Sinajuve;
- d) Cofinanciar, com os demais entes federados, a execução de programas, ações e projetos das políticas públicas de juventude.
- e) financiar, com os demais entes federados, a execução das políticas públicas de juventude.

49. De acordo com a PNAS (2004), a Política Nacional de Assistência Social rege-se pelos seguintes princípios democráticos, EXCETO:

- a) Supremacia do atendimento às necessidades sociais sobre as exigências de rentabilidade econômica
- b) Universalização dos direitos sociais, a fim de tornar o destinatário da ação assistencial alcançável pelas demais políticas públicas
- c) Respeito à dignidade do cidadão, à sua autonomia e ao seu direito a benefícios e serviços de qualidade, bem como à convivência familiar e comunitária, vedando-se qualquer comprovação vexatória de necessidade
- d) Igualdade de direitos no acesso ao atendimento, sem discriminação de qualquer natureza, garantindo-se equivalência às populações urbanas e rurais
- e) Centralidade na família para concepção e implementação dos benefícios, serviços, programas e projetos.

50. De acordo com a PNAS (2004), qual dos serviços abaixo é ofertado pela proteção social especial de média complexidade?

- a) Casa de Passagem.
- b) Abordagem de Rua.
- c) Família Substituta.
- d) Família Acolhedora.
- e) Trabalho protegido.

51. O SUAS define e organiza os elementos essenciais e imprescindíveis à execução da política de assistência social possibilitando a normatização dos padrões nos serviços, qualidade no atendimento, indicadores de avaliação e resultado, nomenclatura dos serviços e da rede socioassistencial e, ainda, os eixos estruturantes e de subsistemas. Assinale a alternativa que não se constitui como os eixos estruturantes ou subsistemas do SUAS:

- a) Matricialidade Sociofamiliar.
- b) Descentralização político-administrativa e Territorialização
- c) Novas bases para a relação entre Estado e Sociedade Civil.
- d) Financiamento.
- e) Democratização nas ações de assistência social.

52. Segundo o art. 3º da NOB-SUAS (2012), são princípios organizativos do SUAS, exceto:

- a) Universalidade
- b) Gratuidade
- c) Controle Social
- d) Equidade
- e) Intersetorialidade

53. Segundo o art. 5º da NOB-SUAS (2012), a descentralização político-administrativa e comando único das ações em cada esfera de governo é um/uma:

- a) Princípio que rege o SUAS no Brasil
- b) diretriz estruturante da gestão do SUAS
- c) Um objetivo preconizado pelo SUAS
- d) Uma das funções do SUAS
- e) Uma normativa gestora do SUAS

54. Segundo o §2º do Art. 8º da NOB-SUAS (2012), o SUAS comporta quatro tipos de Gestão, são elas:

- a) Gestão básica, plena, especial e normativa.
- b) Da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.
- c) Gestão por competências, habilidades, designação e providência.
- d) Gestão básica, especial, média e alta.
- e) Gestão bipartite, tripartite, intergestores e especializada.

55. Segundo o Art. 15 do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase), são requisitos específicos para a inscrição de programas de regime de semiliberdade ou internação:

- a) a apresentação das atividades de natureza coletiva
- b) o plano de desenvolvimento institucional
- c) a sustentabilidade financeira.
- d) verificar reincidência de prática de ato infracional.
- e) celebração de instrumentos de cooperação com vistas à correção de problemas diagnosticados na avaliação.

56. De acordo com o Art. 35 do SINASE, a execução das medidas socioeducativas reger-se-á pelos seguintes princípios, EXCETO:

- a) legalidade, não podendo o adolescente receber tratamento mais gravoso do que o conferido ao adulto
- b) excepcionalidade da intervenção judicial e da imposição de medidas, favorecendo-se meios de autocomposição de conflitos
- c) prioridade a práticas ou medidas que sejam restaurativas e, sempre que possível, atendam às necessidades das vítimas
- d) Princípio da convivência familiar e comunitária.
- e) proporcionalidade em relação à ofensa cometida.

57. De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), marque a alternativa incorreta em relação à guarda de crianças e adolescentes:

- a) A guarda obriga a prestação de assistência material, moral e educacional à criança ou adolescente, conferindo a seu detentor o direito de opor-se a terceiros, inclusive aos pais.
- b) A guarda destina-se a regularizar a posse de fato, podendo ser deferida, liminar ou incidentalmente, nos procedimentos de tutela e adoção, exceto no de adoção por estrangeiros.

c) Uma vez decretada, a guarda não poderá ser revogada pela autoridade judiciária.

d) A guarda confere à criança ou adolescente a condição de dependente, para todos os fins e efeitos de direito, inclusive previdenciários.

e) Excepcionalmente, deferir-se-á a guarda, fora dos casos de tutela e adoção, para atender a situações peculiares ou suprir a falta eventual dos pais ou responsável, podendo ser deferido o direito de representação para a prática de atos determinados.

58. De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), marque a alternativa incorreta em relação à adoção de crianças e adolescentes:

a) A adoção atribui a condição de filho ao adotado, com os mesmos direitos e deveres, inclusive sucessórios, desligando-o de qualquer vínculo com pais e parentes, salvo os impedimentos matrimoniais.

b) Não podem adotar os ascendentes e os irmãos do adotando.

c) Podem adotar os maiores de 18 (dezoito) anos, independentemente do estado civil.

d) Para adoção conjunta, não é necessário que os adotantes sejam casados civilmente ou mantenham união estável, comprovada a estabilidade da família.

e) O adotante há de ser, pelo menos, dezesseis anos mais velho do que o adotando.

59. De acordo com Amaro (2015), a técnica social de natureza qualitativa, por meio da qual o profissional se debruça sobre a realidade social com a intenção de conhecê-la, descrevê-la, compreendê-la ou explicá-la é a/o:

a) Relatório social

b) Entrevista Social

c) Visita domiciliar

d) Entrevista grupal

e) Observação in loco.

60. Conforme Fávero (2014), o Estudo Social é um processo metodológico específico do Serviço Social, que tem por finalidade conhecer com profundidade, e de forma crítica, uma determinada situação ou expressão da questão social em seus aspectos:

- a) Sociais e geopolíticos
 - b) Sociais, econômicos e culturais.
 - c) Econômicos e territoriais
 - d) Culturais e territoriais.
 - e) Políticos, territoriais e culturais.
-

O QUE VOCÊ ACHOU DESTE SIMULADO?

Conte-nos como foi sua experiência ao fazer este simulado.

Sua opinião é muito importante para nós!

<https://forms.gle/3RC8pkHLNAnpSnxQ9>

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

<http://estrategi.ac/assinaturas>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!

<http://estrategi.ac/ok1zt0>